



DOI: 10.12957/transversos.2025.92742

TOPONÍMIA POPULAR E URBANIZAÇÃO INFORMAL: O BAIRRO IRAQUE COMO ESPAÇO DE MEMÓRIA E RESISTÊNCIA EM LUANDA¹

POPULAR TOPONYMY AND INFORMAL URBANISATION: THE IRAQUE NEIGHBOURHOOD AS A SPACE OF MEMORY AND RESISTANCE IN LUANDA

Nsambu Vicente

Instituto superior Politécnico Internacional de Angola (ISIA)

nsambuvicente92@gmail.com

Resumo

Este artigo discute as dimensões socioespaciais da toponímia do bairro Iraque, localizado na periferia de Luanda, com o objetivo de compreender de que modo a sua designação expressa processos de urbanização informal, memórias de guerra e estratégias de resistência comunitária. A investigação fundamenta-se em entrevistas semiestruturadas, cartografia histórica e revisão bibliográfica, articuladas numa abordagem qualitativa. Os resultados demonstram que o topônimo “Iraque” constitui uma metáfora territorial que associa experiências locais de precariedade, deslocamento e conflito a imaginários geopolíticos globais, transformando-se num importante marcador de identidade coletiva e de reivindicação de pertença por parte dos moradores. O estudo evidencia que a toponímia, para além da sua função de localização espacial, preserva memórias sociais, traduz dinâmicas históricas de ocupação do espaço urbano e revela formas de apropriação simbólica do território.

Palavras-chave: Toponímia urbana; património imaterial; memória social; musseques; territorialidade.

Abstract

This article discusses the socio-spatial dimensions of the toponymy of the Iraque neighbourhood, located on the outskirts of Luanda, with the aim of understanding how its name reflects processes of informal urbanisation, memories of war and strategies of community resistance. The research is based on semi-structured interviews, historical cartography and a literature review, combined within a qualitative approach. The results demonstrate that the place name ‘Iraque’ constitutes a territorial metaphor that links local experiences of precariousness, displacement and conflict to global geopolitical imaginaries, becoming an important marker of collective identity and of residents’ assertion of belonging. The study highlights that toponymy, beyond its function of spatial localisation, preserves social memories, reflects historical dynamics of urban space occupation and reveals forms of symbolic appropriation of the territory.

Keywords: Urban toponymy; intangible heritage; social memory; musseques; territoriality.

¹ Este artigo foi originalmente redigido por autor angolano. Considerando as especificidades das variedades da língua portuguesa, foram preservadas, sempre que compatíveis com a clareza e a compreensão do texto, particularidades linguísticas próprias do português utilizado em Angola. Desse modo, poderão ser observadas diferenças ortográficas, lexicais, sintáticas ou de uso em relação ao português brasileiro.

1. Introdução

Este artigo dá continuidade a uma investigação em curso sobre a toponímia popular e a produção do espaço urbano em Luanda. Parte dos resultados preliminares desta investigação já se encontra publicada, com enfoque nas dimensões simbólicas e históricas da nomeação dos bairros Bagdad e Iraque. A presente abordagem aprofunda essas reflexões, incorporando novos dados empíricos recolhidos em trabalho de campo e ampliando a análise para os processos de territorialização e de construção da memória coletiva nos musseques da periferia luandense.

A narrativa em torno dos musseques, ou *musekes*², bairros populares autoconstruídos de Luanda, constitui uma temática recorrente desde o período colonial, particularmente entre os séculos XVIII e XX, período em que a presença europeia se consolidou como força estruturante do espaço urbano da atual capital angolana. Conforme aponta Fernando Mourão (2006, pp. 225–226), os musseques pioneiros, como Burity, Braga, Viúva Leal, Pepita, Pedrosa, Cabeça, Tavira e Voto Santos, foram edificadas em terrenos pertencentes a proprietários africanos, mestiços ou comerciantes brancos. Muitos desses núcleos acabaram por ser incorporados por formações urbanas mais recentes, como o Golf, o Cazenga e o então denominado Cemitério Novo (atualmente Cemitério de Santa Ana), ou ainda por bairros posteriores, como Palanca, Petrangol e Mulemba.

Complementarmente, Osvaldo Braz e Isabel Raposo (2021) sublinham que a expansão histórica dos musseques teve origem em povoações agrícolas lideradas por famílias locais, como as de Massi e Van-Dúnem. A partir da década de 1930, esses espaços passaram a acolher grandes contingentes de mão de obra rural atraídos pelas obras de urbanização promovidas pela administração colonial. Em 1970, cerca de 74% da população de Luanda já residia em musseques (Braz e Raposo, 2021, pp. 47–48).

A independência de Angola, em 1975, seguida pelo desencadeamento da guerra civil, intensificou os fluxos migratórios provenientes do interior do país, contribuindo decisivamente para

² O termo “musseque” tem origem na língua kimbundu, uma das principais línguas nacionais de Angola, falada sobretudo na região de Luanda e no noroeste do país. A palavra deriva da raiz *museke*, que significa “areia” ou “terreno arenoso”. Originalmente, o termo designava zonas de solos arenosos situadas nos arredores das cidades, geralmente menos férteis e com menor valor agrícola. Com o crescimento urbano de Luanda durante o período colonial e, sobretudo, após a independência, em 1975, “musseque” passou a designar os bairros populares autoconstruídos, em oposição aos denominados “bairros de cimento”, correspondentes às áreas urbanas planeadas e ocupadas pelas elites coloniais e, posteriormente, pelas elites pós-coloniais.

a expansão dos musseques de Luanda, entre os quais se destacam os bairros Palanca, Kikolo e Mabor. Este processo esteve associado tanto ao crescimento demográfico como, sobretudo, aos deslocamentos populacionais provocados pelo conflito armado e pela concentração das oportunidades económicas na capital. Conforme observam Braz e Raposo (2021, p. 48), “o crescimento populacional de Luanda resultou não apenas do aumento da natalidade, mas principalmente da atração exercida pelo desenvolvimento económico da cidade e do êxodo rural intensificado pela guerra”.

Esta dinâmica revela um processo contínuo de deslocamento, apropriação fundiária e renomeação, que acompanha a própria expansão urbana de Luanda. Trata-se de uma lógica espacial marcada por sucessivas camadas de exclusão e reconfiguração territorial, em que a ocupação do espaço é acompanhada pela sua reordenação simbólica e social. Frequentemente, este processo implica a deslocação forçada de populações vulneráveis, a perda da posse da terra e a imposição de novas designações toponímicas que tendem a apagar memórias e identidades locais.

Nas últimas décadas, a capital angolana tem registado um processo de urbanização informal acelerada, tornando os musseques espaços centrais de disputa em torno da memória, da identidade e do direito à cidade. A intensa pressão demográfica, resultante da concentração de serviços, infraestruturas e oportunidades económicas em Luanda, contribuiu para o crescimento desses territórios marginalizados. Embora frequentemente relegados à informalidade, os musseques constituem o espaço vivido pela maioria da população urbana, muitas vezes silenciada nos processos formais de planeamento e ordenamento territorial.

Entre os diversos musseques destaca-se o bairro Iraque, cuja designação toponímica, aparentemente exógena, assume um forte valor simbólico. Ao evocar um território associado a conflitos bélicos internacionais, o nome “Iraque” funciona como metáfora das condições locais de precariedade, exclusão e resistência. Mais do que uma simples referência externa, esta nomeação representa um gesto de denúncia e de apropriação simbólica do sofrimento urbano, ressignificando um conflito global à luz das violências estruturais vivenciadas localmente.

Neste contexto, a toponímia popular transforma-se num instrumento de contra-memória, desafiando lógicas institucionais de apagamento e homogeneização territorial. Com o endurecimento das políticas coloniais de segregação, seguido pelos programas de “requalificação” urbana no período pós-independência, os musseques foram progressivamente demolidos, deslocados ou substituídos por

novos projectos urbanísticos. Apresentadas como iniciativas de modernização, estas intervenções implicaram não apenas a perda de habitação, mas também a desarticulação de redes comunitárias e identitárias, frequentemente acompanhada pela substituição de nomes históricos por designações técnicas ou associadas a interesses económicos.

A expansão urbana de Luanda, portanto, não deve ser compreendida como um fenómeno técnico e neutro, mas como parte de uma lógica de produção desigual do espaço. Como argumenta Henri Lefebvre (1974), o espaço urbano é socialmente produzido, constituindo simultaneamente instrumento e resultado das relações de poder. Os conflitos entre o valor de uso, associado à permanência, à memória e à experiência quotidiana, e o valor de troca, que subordina o solo urbano à lógica do mercado, são fundamentais para compreender a dinâmica actual da cidade.

Ilídio do Amaral (1968) já havia identificado a dualidade estrutural da cidade de Luanda: um centro colonial planeado e uma periferia negra autoconstruída. Mais recentemente, Allan Cain (2012) defende que os musseques não devem ser entendidos como anomalias urbanas a corrigir, mas como territórios legítimos, dotados de complexidade social e relevância histórica. Estas perspectivas reforçam a necessidade de políticas urbanas inclusivas que reconheçam os saberes, as práticas e os modos de habitar próprios dessas comunidades.

A reconfiguração contemporânea de Luanda, marcada por processos de deslocamento, reapropriação fundiária e apagamento simbólico, evidencia a tensão existente entre a cidade vivida e a cidade planificada. Longe de serem apenas espaços de carência, os musseques afirmam-se como territórios de resistência, cuja toponímia, como no caso do bairro Iraque, se converte numa narrativa crítica e reivindicativa. É precisamente nesta tensão entre memória e esquecimento, permanência e deslocamento, que se desenha o futuro urbano de Luanda.

Embora a literatura sobre urbanização informal em Luanda seja ampla (Cain, 2017; Watson, 2014), os significados históricos e políticos inscritos nos nomes dos musseques permanecem ainda pouco explorados. Esta lacuna limita a compreensão sobre como e por que razão os moradores de bairros como o Iraque se apropriam de referências bélicas estrangeiras para nomear os seus próprios territórios. Consequentemente, tende igualmente a ser negligenciada a dimensão performativa da toponímia enquanto prática de memória colectiva (Halbwachs, 1950) e enquanto lugar de memória (Nora, 1989).

O presente artigo propõe compreender de que modo o topónimo “Iraque” reflecte processos de urbanização informal, memórias de guerra e estratégias de resistência comunitária no contexto urbano luandense. Parte-se do pressuposto de que o acto de nomear, neste contexto, funciona como estratégia de: (1) Visibilização política: ao inscrever na cartografia urbana uma narrativa de violência, exclusão e abandono, o topónimo expõe desigualdades históricas e reivindica o reconhecimento institucional dos habitantes; (2) Resiliência identitária: ao estabelecer uma associação metafórica com conflitos globais, a comunidade ressignifica experiências locais de sofrimento, transformando-as em símbolos de dignidade, identidade e resistência; (3) Patrimonialização de base comunitária: ao fixar memórias e experiências traumáticas no espaço urbano, o nome transforma-se num elemento do património imaterial urbano, reivindicando políticas de reconhecimento, preservação e memória (UNESCO, 2003).

A investigação insere-se num diálogo interdisciplinar entre a história urbana, a geografia crítica e a história pública, mobilizando a produção recente sobre a toponímia africana (Bigon, 2016; Costa e Daniel, 2022) e sobre o direito à cidade (Lefebvre, 2011; Harvey, 2008). A análise do bairro Iraque permite, assim, avançar a agenda de investigação na África lusófona, ao demonstrar que a toponímia popular constitui simultaneamente um arquivo de violência e uma ferramenta de reivindicação. Em última instância, compreender a semântica social deste nome é uma condição fundamental para qualquer projecto de planeamento urbano inclusivo que pretenda reconhecer a historicidade, a memória e a criatividade das periferias luandenses.

A Revista *TransVersos*, na sua 32.^a edição — *História e Territórios* —, ao adoptar esta abordagem temática, abre espaço para investigações que problematizam a forma como os territórios são historicamente construídos, apropriados, representados e disputados. A inserção do debate toponímico angolano neste fórum revela-se estratégica por três razões complementares:

- I. Descolonizar a historiografia urbana: ao evidenciar a agência popular nos processos de nomeação, uma vez que o estudo dos topónimos angolanos confronta narrativas hegemónicas e reinscreve a voz das comunidades silenciadas no mapa da cidade.
- II. Subsidiar políticas de reconhecimento do património imaterial: dado que a análise empírica da toponímia oferece indicadores concretos para agendas de justiça espacial,

permitindo que as políticas públicas incorporem memórias colectivas actualmente invisibilizadas.

- III. Preencher lacunas identificadas pela literatura: respondendo, deste modo, às omissões apontadas por Ferraz (2015), Costa e Daniel (2024) relativamente à coexistência entre topónimos coloniais e populares em Angola, ampliando o repertório comparativo e metodológico disponível.

A pesquisa adopta uma abordagem qualitativa de natureza histórica, recorrendo a diferentes técnicas metodológicas para captar as dimensões objectivas e subjectivas do processo de nomeação do bairro Iraque, em Luanda. A triangulação de fontes assegurou maior robustez analítica aos dados recolhidos, articulando entrevistas, inquéritos, análise documental, registos digitais e cartografia.

No que se refere às entrevistas, recorreu-se à metodologia da história oral para reconstruir a trajectória do bairro e compreender o significado simbólico atribuído ao topónimo. Foram entrevistados sete fundadores e outros moradores considerados relevantes para a compreensão da história local. As entrevistas, abertas e semiestruturadas, obedeceram a critérios de selecção como tempo de residência, idade e representatividade comunitária, sendo complementadas por observações de campo e registos fotográficos e sonoros. Foram igualmente consultados jornais, relatórios de organizações não governamentais, como a SOS-Habitat, redes sociais e testemunhos de activistas comunitários.

Relativamente aos inquéritos, foram aplicados questionários a 340 residentes, abrangendo diferentes grupos etários e segmentos sociais. Os dados recolhidos permitiram analisar a percepção colectiva sobre o nome “Iraque”, o seu valor simbólico e as razões associadas ao processo de nomeação. Procurou-se assegurar diversidade sociológica da amostra, incluindo estudantes, professores, líderes religiosos e comerciantes.

No âmbito dos registos digitais e da cartografia, utilizaram-se imagens, áudios e vídeos para documentar processos de demolição, transformação e reocupação do bairro. A cartografia foi elaborada através de ferramentas digitais de georreferenciação, tendo em conta a escassez de mapas detalhados da área de estudo, permitindo relacionar dados geográficos, históricos e sociais com a análise toponímica.

No que respeita à cartografia, procurou-se igualmente consultar mapas junto de instituições como o Instituto Geográfico e Cadastral de Angola (IGCA³) e o Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda (IPGUL⁴). Contudo, a inexistência de cartografia histórica detalhada sobre a área estudada exigiu a elaboração de mapas próprios, recorrendo a ferramentas digitais de georreferenciação. Esta cartografia personalizada justificou-se por três razões principais: (1) A área de estudo apresenta delimitações específicas que não estão representadas nos mapas convencionais de Luanda; (2) A relação entre as práticas dos habitantes e o espaço físico é fundamental para compreender os processos de apropriação e nomeação dos bairros; (3) A análise toponímica exige rigor espacial e metodológico, articulando dados geográficos, demográficos, históricos e sociais.

A literatura sobre os bairros periféricos de Luanda e a sua toponímia converge em torno de dois eixos fundamentais: (i) a urbanização informal dos musseques e (ii) a nomeação simbólica como prática de memória e resistência. Diversos estudos contribuem para compreender como topônimos como “Iraque” emergem de processos socioespaciais atravessados pela guerra, pela precariedade e pela agência comunitária.

Ilídio do Amaral (1968) apresenta uma análise morfológica pioneira da cidade de Luanda, demonstrando como a “colonização demográfica” intensificou a expansão dos musseques. Carlos Lopes (1996) e Cristina Udelsmann Rodrigues (2003) aprofundam esta leitura ao destacarem o papel da guerra civil e da ausência de políticas urbanas estruturadas na consolidação dos bairros informais. Gonçalves (1988) e Nzatuzola (1996) acrescentam que os musseques devem ser compreendidos como espaços sociais dinâmicos, nos quais as práticas quotidianas contribuem para a legitimação simbólica dos territórios.

No campo da toponímia, Liora Bigon (2009, 2016) demonstra que a nomeação urbana foi historicamente utilizada para afirmar hierarquias coloniais, enquanto, no período pós-

³ Instituição criada ao abrigo do Decreto n.º 94/03, de 14 de Outubro, que revogou o Decreto n.º 39/79, de 29 de Março, e o Decreto Executivo n.º 13/88, de 11 de Junho. Entre as suas diversas atribuições, destacam-se o estudo, o desenvolvimento, a coordenação e a execução de actividades nos domínios da geodesia, cartografia, cadastro predial, cadastro rústico e cadastro urbano, nos termos estabelecidos pelo referido diploma e demais legislação aplicável.

Compete igualmente à instituição promover e executar, em articulação com outras entidades públicas, a cobertura cartográfica do território nacional, bem como assegurar a realização dos trabalhos técnicos necessários ao cumprimento das responsabilidades que lhe estão atribuídas no âmbito da prossecução destes objectivos.

⁴ Órgão técnico-operativo de Luanda, que tem por missão promover e coordenar todas as actividades de ordenamento, planeamento e gestão urbana da província. O IPGUL é tutelado pelo Governo Provincial de Luanda e depende metodologicamente dos órgãos da administração central que intervenham na sua ação.

independência, passou a constituir um instrumento de renegociação identitária. Em colaboração com Ambe Njoh (2015), Bigon defende que as mudanças toponímicas resultam igualmente da acção das comunidades locais. Patrícia Ferraz (2015), no contexto africano lusófono, evidencia a coexistência entre topónimos coloniais e populares como expressão de resistência, negociação identitária e, simultaneamente, de omissão institucional.

Centrando a análise em Luanda, Nsambu Vicente (2018) argumenta que os nomes dos bairros informais funcionam como arquétipos de memória colectiva e como estratégias de reivindicação territorial. Daniel F. Costa e Henrique Daniel (2022) corroboram esta perspectiva ao demonstrarem que a toponímia informal actua como forma de resistência simbólica perante os processos de marginalização das periferias urbanas.

Estas contribuições permitem interpretar o topónimo “Iraque” como uma metáfora territorial, na qual experiências locais de exclusão são reinscritas através de referências globais associadas à violência e ao conflito. No âmbito da justiça simbólica, Zuvalinyenga e Bigon (2021) analisam a invisibilidade das questões de género na toponímia africana, enquanto Duminy (2014) alerta para o facto de que os processos de renomeação podem produzir novas formas de exclusão quando ignoram a participação das comunidades locais.

A literatura sobre urbanização informal e toponímia periférica em Luanda tem registado avanços significativos; contudo, permanecem lacunas no que diz respeito à articulação entre os topónimos, a produção simbólica do espaço e a agência comunitária. Este artigo procura contribuir para este debate ao ultrapassar abordagens predominantemente morfológicas ou institucionais, adoptando uma perspectiva geo-histórica e qualitativa que compreende o bairro Iraque como território de resistência e memória.

Através da análise do topónimo enquanto expressão de exclusão, identidade colectiva e apropriação simbólica do espaço, o estudo propõe reconhecer a toponímia popular como uma dimensão do património cultural imaterial e como mecanismo de cidadania urbana, contribuindo para o debate sobre justiça espacial em contextos africanos pós-coloniais.

2. Toponímia, memória e produção do espaço urbano: o bairro Iraque na periferia de Luanda

A expansão de Luanda desde a independência, em 11 de Novembro de 1975, tem-se processado sobretudo através das periferias, assente em ocupações espontâneas do solo que dispensam, em grande medida, a tutela estatal. Mais de 60% da população da capital vive actualmente em musseques, bairros autoconstruídos, caracterizados pela carência de serviços básicos e pela ausência de segurança jurídica sobre a terra, configurando um padrão consolidado de urbanização que subverte a normatividade do urbanismo clássico (Cain, 2017). Para as instituições, estes espaços representam “desordem”; para os seus habitantes, constituem dispositivos quotidianos de sobrevivência e redes de solidariedade.

Nos termos de Watson (2014), a informalidade deve ser entendida como um sistema urbano legítimo: em várias cidades africanas, ela traduz formas de criatividade social perante exclusões históricas. Em Luanda, essa legitimidade manifesta-se na autoconstrução de moradias, na gestão autónoma, embora precária, do acesso à água e à electricidade, bem como na produção de normas comunitárias que organizam ruas, praças e redes de vizinhança. Cartografias participativas demonstram, por exemplo, a existência de hierarquias viárias, lotes familiares e lugares de culto que, embora frequentemente ignorados pelo planeamento oficial, asseguram um funcionamento social mínimo dos territórios.

No bairro Iraque, esta condição adquire contornos simbólicos particularmente expressivos. A estigmatização mediática, a negligência administrativa e a violência estrutural convergem para produzir um sentimento de invisibilidade colectiva. Os próprios residentes, contudo, respondem através da linguagem: ao escolherem o nome “Iraque” – evocação de um território marcado por uma guerra prolongada – projectam a sua própria experiência de precariedade e resistência. O topónimo converte-se, assim, num “lugar de memória” (Nora, 1984), no qual a dor e as lutas quotidianas se fixam no espaço urbano como narrativa contra-hegemónica.

As entrevistas realizadas revelam que, para alguns moradores, “Iraque” denuncia a violência e o abandono a que a comunidade está sujeita; para outros, cristaliza um sentimento de orgulho resiliente construído na adversidade. Esta toponímia insurgente traduz uma apropriação discursiva do espaço: o bairro inscreve-se no mapa da cidade por iniciativa própria e contesta os processos de

apagamento promovidos por políticas de “normalização” que tendem a homogeneizar a paisagem urbana (Lefebvre, 1991).

A urbanização informal de Luanda, portanto, não deve ser interpretada como sinónimo de caos, mas como expressão de agência histórica. No Iraque, essa agência articula uma dimensão material – a autoconstrução – e uma dimensão simbólica – a nomeação. Compreender o bairro exige ultrapassar uma leitura centrada exclusivamente na legalidade fundiária ou nos indicadores de infraestrutura, reconhecendo as memórias de sofrimento colectivo e as estratégias quotidianas de resistência. É neste entrelaçamento entre espaço, memória e linguagem que o Iraque se afirma como território de pertença e como arena de luta por reconhecimento.

3. Nomear para resistir: o topônimo Iraque como memória colectiva e estratégia de resistência comunitária em Chimbicado, Luanda

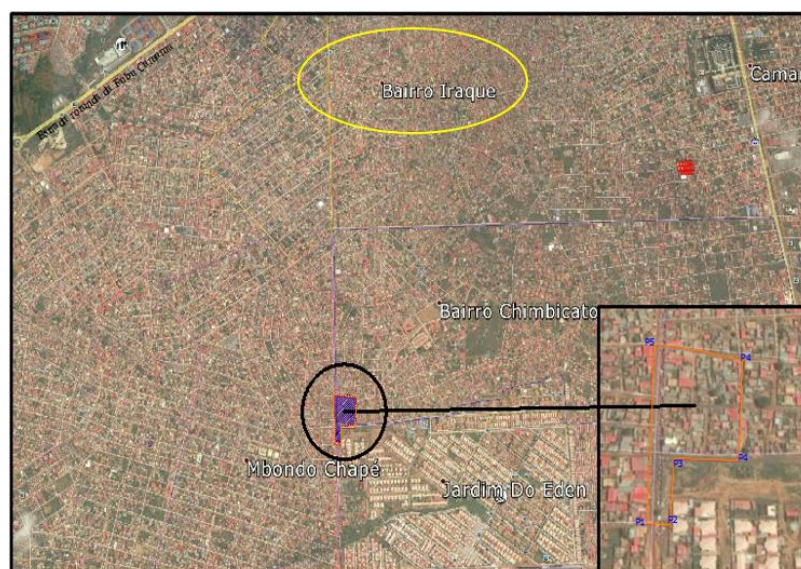


Figura 1 - Mapa da área em estudo.

Fonte: Adaptado de Administração Municipal de Belas (2017) e Vicente (2018, p. 55).

A origem do bairro Iraque inscreve-se no processo de expansão interna do bairro Chimbicado⁵, um musseque situado na zona periférica de Luanda. A formação do Iraque ocorreu de

⁵ Procedemos à correcção da grafia de “Chimbicato” para Chimbicado (ou Ximbicado), por se tratar de uma deturpação linguística resultante das dificuldades fonéticas de alguns falantes. Este “erro”, entretanto, acabou igualmente por ser transposto para a grafia presente em diversos mapas oficiais. Corrigimos, igualmente, a localização do bairro Iraque no mapa, conforme indicado no ponto 3 da Figura 1, o que justificou a elaboração de diagramas específicos com o objectivo de ilustrar, com maior precisão, a sua real posição geográfica no território. Aproveitamos, assim, para alertar para a

forma gradual, resultante da ocupação espontânea de terrenos anteriormente não urbanizados, impulsionada por fluxos migratórios provenientes do interior do país e pela crescente pressão demográfica sobre os musseques existentes. Neste contexto, grupos de moradores começaram a instalar-se em áreas marginais do Chimbicado, dando origem a um novo núcleo habitacional que, pela sua configuração espacial e dinâmica própria, passou a ser reconhecido localmente como “bairro Iraque” (Vicente, 2018, p. 55).

Este processo reflecte uma lógica de desdobramento intra-bairro, comum na urbanização informal de Luanda, na qual novas comunidades emergem a partir da subdivisão e expansão de territórios preexistentes, sem a mediação do planeamento urbano oficial. Assim, o Iraque não surge como um bairro formalmente delimitado, mas como uma extensão territorial vivida e nomeada pelos seus próprios habitantes, que ressignificam o espaço a partir das suas experiências colectivas e da memória social partilhada.

Neste contexto, o nome “Iraque” adquire uma dupla função: por um lado, sinaliza a emergência de um novo subterritório no interior de um bairro historicamente marginalizado; por outro, funciona como mecanismo de visibilização política, evocando a imagem de um espaço em permanente conflito, não apenas no sentido bélico, mas sobretudo no plano das desigualdades sociais e das estratégias de resistência quotidiana. A adopção deste topónimo evidencia a forma como a linguagem espacial é apropriada pelas populações periféricas para nomear experiências partilhadas de sofrimento, pertença e resiliência.

A investigação demonstrou ainda que o bairro Iraque, ao contrário do que possa sugerir uma análise superficial, não constitui um espaço de caos urbano, mas antes um território dotado de formas próprias de organização social. Os moradores desenvolveram estratégias colectivas de gestão territorial, como a criação de comissões locais, a definição de normas comunitárias de loteamento e a constituição de redes de solidariedade informal. Estes mecanismos de autogestão revelam a complexidade social e política dos musseques e contribuem para desconstruir a ideia de informalidade como sinónimo de ausência de ordem.

necessidade de correcção dos dados de geolocalização por satélite que indicam, de forma imprecisa, a localização deste bairro na província de Luanda.

Deste modo, compreender a formação do bairro Iraque no contexto do Chimbicado implica reconhecer a agência dos sujeitos subalternizados na produção do espaço urbano. Ao nomearem, reorganizarem e habitarem um território frequentemente invisibilizado pelas políticas públicas, os moradores não apenas constroem as suas habitações, mas também edificam narrativas, pertencças e sentidos de lugar. O topônimo “Iraque” sintetiza, assim, uma geografia da dor e da resistência, que desafia categorias institucionais estabelecidas e reinscreve os musseques no mapa simbólico da cidade de Luanda.

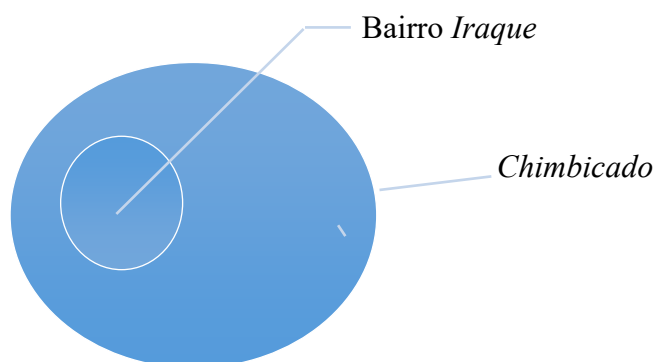


Figura 2- Processo de emergência do bairro Iraque como subunidade do bairro.

Segundo José Neto (2015), o actual bairro Chimbicado teve origem num extenso bosque que foi posteriormente convertido em zona agrícola, durante a segunda metade do século XIX, por camponeses e criadores de gado. O nome deriva do termo em kimbundu *ximbicar* (“remar”) e remete para a prática de travessia improvisada de riachos durante a estação chuvosa.

Antes da entrada em vigor da Lei de Terras (2004), a área era ocupada por fazendas privadas, entre as quais se destacava a propriedade de António Voto Neves, onde Borges Miguel consolidou a sua presença agropecuária. Com o passar do tempo, o território foi progressivamente subdividido, dando origem a novos bairros, como o Iraque, que mantêm um vínculo histórico com o espaço-mãe, entendido como referência de memória colectiva e de organização popular.

A figura permite compreender, numa perspectiva geo-histórica, as transformações ocorridas no espaço do Chimbicado a partir da década de 2000, período marcado pelo fim da guerra civil angolana. A procura por segurança e estabilidade conduziu a processos de ocupação informal em larga escala, alterando a topografia local e fragmentando antigas áreas agropecuárias em novos núcleos, como Bagdad, Iraque e Fubu.

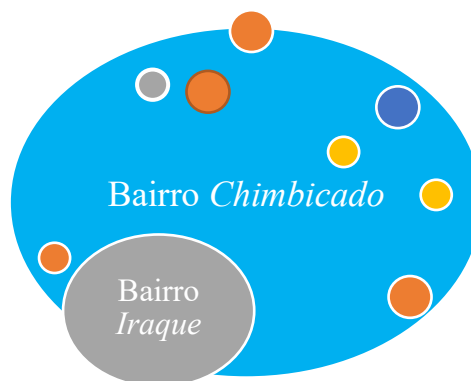


Figura 3 - Representação visual da fragmentação territorial do bairro Chimbicado, com o surgimento de novos núcleos urbanos no seu interior, tais como Bom do Chapéu, Fubu, Dagereux, Honga, Patriota, Simione Mucune, entre outros.

Estas dinâmicas reflectem uma lógica de desdobramento contínuo, na qual cada bairro emerge da reorganização territorial de espaços preexistentes, conforme sugere Lefebvre (1985). A toponímia destes lugares traduz não apenas situações de precariedade urbana, mas também formas de resistência, pertença e construção identitária colectiva, tornando a imagem analisada um testemunho visual dos processos de reterritorialização e da agência popular na produção do espaço urbano luandense.

Figura 4 – Representação gráfica de bairros constituídos no espaço geográfico do Chimbicado.

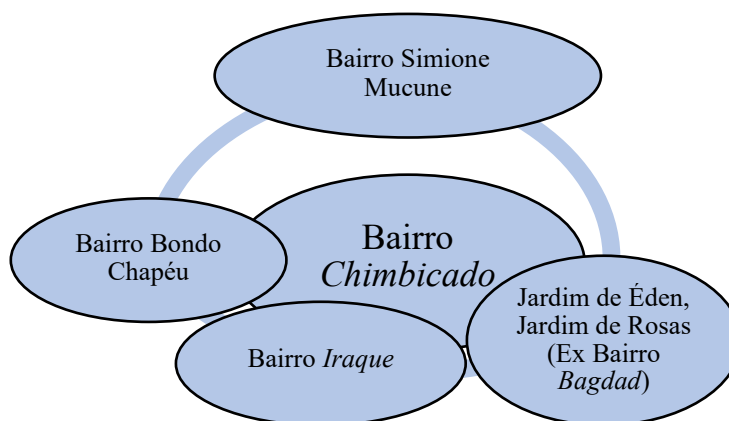


Figura 4- Representação gráfica de bairros constituídos no espaço geográfico do Chimbicado.
Fonte: (Vicente, 2018, p. 60).

A análise da figura demonstra a relação estreita entre o espaço e as práticas sociais que o moldam. Segundo a geografia crítica, o espaço urbano não é apenas uma realidade física; incorpora

processos de produção material, como habitações, mercados e objectos de troca, bem como práticas simbólicas que lhe atribuem significado. Como destaca Henri Lefebvre, “(...) o espaço é um produto social” e, simultaneamente, “instrumento e resultado das relações de produção” (Lefebvre, 1991, p. 26). Assim, cada área retratada abriga estruturas autoconstruídas e mercados informais que, para além de responderem a necessidades económicas, expressam valores culturais, formas de apropriação territorial e relações de poder.

As entrevistas realizadas com moradores antigos revelam que, a partir dos anos 2000, o território foi palco de conflitos sociais e fundiários, intensificados pela ocupação de terrenos anteriormente controlados pelas chamadas “mamãs de lavras”, camponesas que exploravam parcelas agrícolas familiares. A chegada massiva de novos residentes no período pós-guerra contribuiu para a desestabilização dos arranjos territoriais existentes, provocando disputas pela posse da terra e alterando profundamente a dinâmica sociopolítica local.

A leitura da imagem ultrapassa a simples descrição visual, evidenciando como as práticas quotidianas — desde a autoconstrução até à disputa pela terra — produzem significados que se inscrevem no espaço. Este processo de resignificação territorial permite compreender como as comunidades, ao produzirem o lugar, constroem igualmente memórias colectivas que orientam as suas formas de organização e vida social.

É precisamente nesta intersecção entre espaço vivido e memória social que se insere o conceito de memória colectiva formulado por Maurice Halbwachs (1950). Para o autor, os grupos sociais ancoram as suas lembranças em suportes materiais e simbólicos, transformando o território numa referência identitária. Do mesmo modo, Pierre Nora (1989) aprofunda esta reflexão ao introduzir o conceito de “lugares de memória” (*lieux de mémoire*), entendidos como espaços físicos ou simbólicos nos quais a memória se cristaliza e, simultaneamente, dialoga com o presente. Aplicado ao contexto periférico de Luanda, com destaque para o bairro Iraque, este referencial teórico permite compreender como a toponímia informal actua como dispositivo de significação, denúncia e coesão comunitária.

A escolha do nome “Iraque”, evocando cenários internacionais de guerra, revela um processo de resignificação local que expressa experiências de precariedade, resistência e exclusão urbana. Conforme argumenta Vicente (2018), este topónimo funciona como um código simbólico

que comunica, simultaneamente, sofrimento e abandono, mas também coragem, solidariedade e capacidade de resistência comunitária. Trata-se de uma nomeação que transforma o bairro num lugar de memória insurgente, não reconhecido oficialmente pelo Estado, mas socialmente legitimado pelos seus habitantes como espaço de luta, pertença e afirmação identitária.

Reconhecer estes topónimos populares como património cultural imaterial, à luz da Convenção da UNESCO (2003), implica a sua integração em políticas públicas de memória e em estratégias de planeamento urbano inclusivo. Este reconhecimento não apenas preserva identidades locais, como também desafia a narrativa dominante da “informalidade caótica” que frequentemente estigmatiza os musseques. Interpretado sob esta perspectiva, o bairro Iraque deixa de ser reduzido a uma zona de carência, afirmando-se como território portador de historicidade, afectividade e agência social.

Negar esta dimensão simbólica significa perpetuar processos de erradicação física e simbólica, com consequências irreversíveis para a memória urbana e para os direitos territoriais das comunidades. Assim, qualquer estratégia de requalificação urbana em Luanda que pretenda promover justiça espacial deve necessariamente integrar a toponímia popular e a memória colectiva como pilares fundamentais de reconhecimento, dignidade e pertença das comunidades, como a do bairro Iraque.

3.1. Territórios nomeados e comunidades invisibilizadas: o bairro Iraque e as disputas por reconhecimento em Luanda

A dinâmica das ocupações de terrenos no bairro Chimbicado deu origem, ao longo do tempo, ao surgimento de novas designações territoriais no seu interior, conforme referido anteriormente. Neste processo, as disputas pela posse da terra desempenharam um papel central na construção das identidades territoriais, conforme relata Nascimento (2015):

“[...] Eu vivia no Rocha e, depois de ser expulso da casa do meu tio, aluguei uma casa no Fubu. Como também não deu certo, cheguei ao Chimbicado, encontrei um espaço vago, ocupei-o e dei-lhe o nome de Iraque. [...] Naquele período, havia conflitos constantes com as mães da lavra, que destruíam as casas quando nos ausentávamos. Ao mesmo tempo, acompanhávamos pela televisão a guerra no Iraque. As confusões daqui pareciam iguais às de lá, e começámos a dizer: ‘Aqui é o Iraque’. [...] Procurámos o Governo, mas a resposta era que o problema da terra deveria ser resolvido com as mães da lavra. Decidimos, então, dividir o terreno e defendê-lo. Foi assim que o nome Iraque permaneceu. Depois surgiu o Bagdad.” (Nascimento, 2015).

Este testemunho demonstra não apenas a existência de um conflito fundiário e intergeracional, mas também revela, de forma expressiva, como a toponímia popular emerge das experiências vividas de luta, exclusão e resistência. A nomeação do espaço como “Iraque” não constituiu um acto aleatório, mas uma resposta simbólica às tensões locais, estabelecendo uma analogia directa entre os conflitos territoriais vividos em Luanda e os confrontos bélicos do Médio Oriente. Assim, o topónimo inscreve no espaço urbano uma memória colectiva de violência e sobrevivência, convertendo o bairro num marcador simbólico de pertença e de resistência quotidiana.

Numa outra entrevista, o morador Zé Neto, figura proeminente na história local, apresenta uma leitura crítica do processo de nomeação territorial:

“[...] Esses nomes que existem aí são resultado da cobardia do povo. O nome que ouvimos, ‘Iraque’, surgiu com a ocupação ilegal de terrenos. São pessoas que não quiseram obedecer às normas, nem respeitar quem já cá estava. [...] Eles diziam que a guerra tinha acabado, que a terra era de ninguém, e começaram a construir de forma desordenada. Foi aí que começaram os conflitos. Era uma guerra dentro da guerra. Se não fosse o partido [MPLA], não sei como seria. [...] O Bureau Político esteve aqui para apaziguar essa guerra. [...] Isso começou por volta do ano 2000. Em 2004 e 2005, houve mais confusão. Quando a governadora Francisca do Espírito Santo assumiu o cargo, ela testemunhou toda esta crise. A situação só se acalmou por volta de 2007.” (NETO, 2015).

A leitura das dinâmicas socioespaciais do Chimbicado testemunha-o como um espaço socialmente produzido, marcado por disputas fundiárias, memórias em conflito e processos migratórios intensificados após a guerra civil (1998-2002), que contribuíram para a formação de sub-bairros como Bagdad, Fubu e, sobretudo, Iraque. Os antigos ocupantes, legitimados pelos seus vínculos agrícolas com o território, passaram a confrontar-se com os recém-chegados em busca de abrigo e melhores condições de vida, inscrevendo no espaço fracturas relacionadas com classe, pertença e autoridade simbólica.

À luz de Lefebvre (1991), o topónimo “Iraque” funciona como um lugar de memória insurgente: uma denúncia da precariedade resultante de políticas urbanas selectivas e, simultaneamente, uma afirmação de identidades colectivas construídas através de experiências de resistência (Myers, 2010). Dados indicam que Luanda registou uma expansão urbana superior a 150% entre 2000 e 2020, sem que esse crescimento fosse acompanhado por infraestruturas proporcionais (Cain, 2014; Medeiros, 2020), aprofundando processos de segregação socioespacial e contribuindo para a invisibilização dos musseques (Kombe; Kreibich, 2000).

Nos muros do bairro Iraque, o muralismo e os *slogans* configuram formas de “luta pelo espaço público” (Mitchell, 2003), constituindo expressões concretas do direito à cidade defendido por Lefebvre e Harvey. Estas manifestações insurgentes desafiam o monopólio estatal sobre a nomeação e a gestão do território, revelando que os musseques são territórios organizados, dotados de lógicas próprias de apropriação espacial, sociabilidade e solidariedade comunitária. Reconhecer esta toponímia como patrimônio imaterial urbano, à luz da Convenção da UNESCO (2003), é fundamental para evitar processos de violência simbólica associados ao apagamento das memórias locais e para orientar políticas de requalificação *in situ* que respeitem os saberes e as práticas das comunidades.

Deste modo, o bairro Iraque constitui mais do que um simples aglomerado informal: é um território historicamente produzido, simbolicamente denso e politicamente significativo. Ao encarnar simultaneamente uma denúncia da exclusão e uma afirmação de uma cidade plural, demonstra que as periferias não são meros espaços de carência, mas lugares vivos onde se constroem quotidianamente novas formas de habitar, resistir e imaginar Luanda. Reconhecer esta complexidade, deslocando o olhar tecnocrático para valorizar as narrativas que emergem das margens, constitui um passo indispensável para a construção de políticas urbanas verdadeiramente inclusivas e sensíveis à diversidade dos modos de vida.

4. CONCLUSÕES

A investigação confirma que a informalidade não constitui uma exceção, mas sim o padrão dominante de produção do espaço urbano em Luanda. Desde 1975, a ausência de políticas habitacionais inclusivas, associada aos fluxos migratórios provocados pela guerra e às desigualdades socioeconómicas, impulsionou o crescimento dos musseques. Nestes territórios, marcados pela carência de infraestruturas e serviços básicos, emergiram formas locais de sobrevivência, organização comunitária e solidariedade que questionam o discurso oficial da “desordem” urbana.

No caso do bairro Iraque, a toponímia popular revela-se como uma prática de resistência e construção identitária. A escolha de nomes como “Iraque”, “Bagdad” ou “Gaza” inscreve experiências locais de exclusão em imaginários globais de conflito, transformando o território num lugar de memória insurgente (Nora, 1989). Esta metáfora territorial funciona simultaneamente como

denúncia das condições de precariedade vividas pelas comunidades e como afirmação política de pertença e reconhecimento.

A nomeação espontânea e o muralismo comunitário constituem formas de cidadania insurgente (Lefebvre, 1991; Harvey, 2008), através das quais os moradores desafiam a invisibilidade social e territorial, reinscrevendo as suas memórias no espaço urbano. Ao reivindicarem o direito de nomear e narrar o lugar onde vivem, os habitantes do Iraque tornam-se agentes activos na produção da cidade e na construção das suas próprias territorialidades.

Considerando a Convenção da UNESCO (2003), a toponímia popular configura-se como uma expressão do património cultural imaterial urbano. O seu reconhecimento implica a integração destas referências nos processos de planeamento urbano, promovendo políticas de salvaguarda cultural e práticas de co-planeamento com as comunidades locais, de modo a prevenir processos de apagamento simbólico e perda de memórias colectivas.

A análise demonstra igualmente que projetos de requalificação urbana que ignoram as redes sociais, os saberes locais e os patrimónios comunitários tendem a aprofundar processos de segregação socioespacial. Um planeamento urbano mais justo deve privilegiar intervenções *in situ*, valorizar a cartografia afectiva e incorporar indicadores socioculturais na definição das prioridades de desenvolvimento urbano.

Do ponto de vista teórico, o estudo articula os contributos da geografia crítica, da história pública e dos estudos sobre toponímia, demonstrando que os nomes atribuídos pelas comunidades constituem formas de produção simbólica do espaço e mecanismos de resistência urbana. Como perspectivas futuras, propõe-se aprofundar a investigação sobre a presença feminina na construção das paisagens toponímicas, explorar metodologias digitais participativas e desenvolver arquivos comunitários baseados em histórias orais.

Compreender o bairro Iraque implica reconhecer o entrelaçamento entre espaço, memória e linguagem. O topónimo “Iraque” constitui uma afirmação coletiva que pode ser interpretada como uma mensagem simbólica: “estamos aqui, resistimos, pertencemos”. Valorizar esta narrativa é fundamental para a construção de uma Luanda mais inclusiva, plural e sensível às diferentes formas de produzir e habitar a cidade.

Referências

Entrevistas:

NASCIMENTO, Garcia. Entrevista concedida ao autor. Luanda, 2014. Nascido em 1982, natural de Mbanza Kongo, especialista em alfaiataria.

NETO, José. Entrevista concedida ao autor. Luanda, 2014. Nascido em 1934, natural de Luanda (Chimbicado), presidente da Comissão de Moradores do Bairro Chimbicado/Sector 4.

Referências bibliográficas:

AMARAL, Ilídio Melo Peres do. *Luanda: estudo de geografia urbana*. 2. série, vol. 53. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1968.

ANGOLA. Lei n.º 9/04, de 9 de novembro de 2004. Regime jurídico da terra. *Diário da República* (Angola), Série I, n.º 212, 9 nov. 2004.

AZARYAHU, Maoz. The power of commemorative street names. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 14, n. 3, p. 311-330, 1996. DOI: 10.1068/d140311. Disponível em: <https://doi.org/10.1068/d140311>. Acesso em: 25 abr. 2024.

BIGON, Liora. Urban planning, colonial doctrines and street naming in French Dakar and British Lagos, c. 1850-1930. *Urban History*, v. 36, n. 3, p. 426-448, 2009. DOI: 10.1017/S0963926809990125. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0963926809990125>. Acesso em: 1 jul. 2025.

— (org.). *Place names in Africa: colonial urban legacies, entangled histories*. Cham: Springer, 2016.

BIGON, Liora; NJOH, Ambe J. The toponymic inscription problematic in urban sub-Saharan Africa: from colonial to post-colonial times. *Journal of Asian and African Studies*, v. 50, n. 1, p. 25-40, 2015. DOI: 10.1177/0021909613510246. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0021909613510246>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, v. 3, p. 77-101, 2006.

BRAZ, Osvaldo; RAPOSO, Isabel. Urbanização de Luanda, expansão dos musseques e realojamento dos seus habitantes no novo milénio. [s.l.], 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.26619/2182-4339/19.01>. Acesso em: 6 ago. 2024.

BÜHNEN, Stefan. Place names as an historical source: an introduction with examples from southern Senegambia and Germany. *History in Africa*, v. 19, p. 45-101, 1992.

CAIN, Allan. *Luanda's informal growth and the role of musseques*. Luanda: Development Workshop, 2017. Disponível em: <http://www.dw.angonet.org>. Acesso em: 1 jul. 2025.

—. African urban fantasies: past lessons and emerging realities. *Environment and Urbanization*, v. 26, n. 2, p. 561-567, 2014. DOI: 10.1177/0956247814526544. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0956247814526544>. Acesso em: 23 out. 2016.

- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- COSTA, Daniel Filipe; DANIEL, Henrique Fernando. Motivações toponímicas: o ato de nomear bairros populares nas periferias em Angola. *DELTA*, v. 38, n. 3, e202339355180, 2022.
- . Breves considerações sobre o estudo da onomástica em Angola: perspectivas e desafios da toponímia. *Njinga & Sepé*, v. 4, esp. I, p. 414-427, 2024.
- D'ALMEIDA TOPOR, Hélène. Le modèle toponymique colonial dans les capitales de l'Afrique de l'Ouest francophone. In: COQUERY VIDROVITCH, Catherine; GOERG, Odile (org.). *La ville européenne outre-mers*. Paris: L'Harmattan, 1996. p. 235-243.
- DUMINY, James. Street renaming, symbolic capital and resistance in Durban, South Africa. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 32, n. 1, p. 310-328, 2014.
- FERRAZ, Patrícia. Toponímia e descolonização em África. *Revista de Estudos Africanos*, n. 42, p. 55-74, 2015.
- FERREIRA, Ana. Informal settlements and the right to the city in Angola. In: HERNANDO, Rafael (ed.). *Urban rights and informality in Africa*. London: Routledge, 2015. p. 121-136.
- HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: Presses Universitaires de France, 1950.
- . *On collective memory*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.
- HARVEY, David. The right to the city. *New Left Review*, n. 53, p. 23-40, 2008.
- HOLSTON, James. *Insurgent citizenship: disjunctions of democracy and modernity in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 2009.
- KOMBE, William J.; KREIBICH, Volker. *Informal land management in Tanzania*. Dortmund: SPRING Research Series, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1991.
- . *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.
- LOPES, Carlos Manuel Mira Godinho. Luanda cidade informal? Estudo de caso sobre o bairro Rocha Pinto. In: *Estudos de Desenvolvimento*, n. 6: Urbanização acelerada em Luanda e Maputo — Impacto da guerra e das transformações socioeconómicas (décadas 80 e 90). Lisboa: Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento, 2001.
- LUKOMBO, João Baptista Lukombo. *Aspectos de algumas características e manifestações de migrações em Luanda*. In: III Congresso Português de Sociologia, Portugal: Associação Portuguesa de Sociologia, 1996.
- MBIBA, Blessing. Urban informality and African politics. In: MYERS, Garth; MURRAY, Martin (eds.). *Cities in contemporary Africa*. 2. ed. New York: Palgrave, 2017.

- MEDEIROS, Eduardo. *Urban inequalities and spatial justice in sub-Saharan Africa*. Cham: Springer, 2020.
- MITCHELL, Don. *The right to the city: social justice and the fight for public space*. New York: Guilford Press, 2003.
- MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. *Continuidades e discontinuidades de um processo colonial através de uma leitura de Luanda: uma interpretação de desenho urbano*. São Paulo: Terceira Margem.
- MYERS, Garth Andrew. *African cities: alternative visions of urban theory and practice*. London: Zed Books, 2010.
- NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. In: NORA, Pierre (org.). *Les lieux de mémoire*. v. 1. Paris: Gallimard, 1989. p. 7-28.
- . Between memory and history: Les lieux de mémoire. *Representations*, n. 26, p. 7-24, 1989.
- NZOVO, Tiago Bassika, *Habitação Social para além da sobrevivência: Caso dos bairros Zango I e II em Luanda, Angola (2002-2012)*, (Dissertação de mestrado), f. 108, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis: Centro de Ciências Humanas e da educação, 2012.
- RODRIGUES, Cristina Udelsmann. *Recomposição social e urbanização em Luanda*. Lisboa: CEA-ISCITE, 2003.
- VICENTE, Nsambu, *Toponímia de Luanda- os casos da Ingombota e Mayanga*. Luanda: Edições Tocoista, 2018.
- . *Formação dos bairros Bagdad e Iraque em Luanda—Estudo Toponímico*. Porto: Quântica Editora, 2018.
- ROSE-REDWOOD, Reuben; ALDERMAN, Derek; AZARYAHU, Maoz. Geographies of toponymic inscription: new directions in critical place name studies. *Progress in Human Geography*, v. 34, n. 4, p. 453-470, 2010.
- SANTOS, José Almeida, «Para a contenção e a erradicação dos musseques de Angola – estudo de base. In *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Luanda*, nº 38, Luanda, 1973.
- . «Considerações sobre povoamento». In *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Luanda*, nº 14, Luanda, 1967.
- . «Planificação Económica e Social da Urbanização». In *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Luanda*, nº 13, Luanda, 1966.
- SIMONE, AbdouMaliq. People as infrastructure: intersecting fragments in Johannesburg. *Public Culture*, v. 16, n. 3, p. 407-429, 2004.
- SOARES, Rui; CAIN, Allan. Habitação e exclusão em Luanda: realidade e imaginário na cidade pós-guerra. *SciELO Angola*, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.ao>. Acesso em: 25 mai. 2024.

SOJA, Edward W. *Thirdspace: journeys to Los Angeles and other real and imagined places*. Oxford: Blackwell, 1996.

UN-HABITAT. *World cities report: urbanization and development – emerging futures*. Nairobi: United Nations Human Settlements Programme, 2016.

UNESCO. *Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage*. Paris: UNESCO, 2003. Disponível em: <https://ich.unesco.org>. Acesso em: 1 jul. 2025.

WATSON, Vanessa. African urban fantasies: dreams or nightmares? *Environment and Urbanization*, v. 26, n. 1, p. 215-231, 2014. DOI: 10.1177/0956247813515806. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0956247813515806>. Acesso em: 10 jun. 2025.

ZUVALINYENGA, Dorcas; BIGON, Liora. Gender-biased street naming in urban sub-Saharan Africa: influential factors, features and future recommendations. *Journal of Asian and African Studies*, v. 56, n. 4, p. 507-526, 2021. DOI: 10.1177/0021909620934825. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0021909620934825>. Acesso em: 1 jul. 2024.

Sobre o autor:

Nsambu Vicente: Doutor em História Contemporânea pela Universidade de Évora, em Portugal. Mestre em Ciências da Educação (Ensino de História de Angola) pelo ISCED de Luanda. Professor e pesquisador angolano, nascido em Mbanza Kongo, especializado em História Contemporânea e no ensino da história de Angola. É diretor-geral adjunto para a área científica do Instituto Superior Politécnico Atlântida em Luanda.

Artigo recebido para publicação em: 05 de julho de 2025.

Artigo aprovado para publicação em: 22 de julho de 2025.

Como citar:

VICENTE, Nsambu. Toponímia popular e urbanização informal: o bairro Iraque como espaço de memória e resistência em Luanda. *Revista Transversos*. Dossiê: História e território, nº. 32, 2026. pp. 29-50. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/transversos/article/view/92742>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2025.92742.

